

O papel do professor no planejamento do ensino produtivo: contribuições da análise do comportamento

Marcelo de Abreu César ¹

Vivencia-se um momento de muitas transformações, a sociedade atualmente encontra-se em constante mudança, e somos convidados a repensar o nosso papel como educadores, nossos valores e atitudes.

Skinner propõe algumas análises sobre as funções do professor, os conhecimentos e formação necessários para o enfrentamento dos problemas do ensino e as contingências relacionadas à atuação do docente.

Entre essas funções, estão a proposição dos objetivos educacionais em termos comportamentais, a realização do planejamento, a execução de procedimentos de ensino e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem (esta, como condição para novos planejamentos).

Em sua perspectiva, o processo de aprendizagem é indissociável da ação docente de ensinar, tornando o planejamento fundamental. Isto significa que a atuação do professor é essencial e, portanto, a mesma deve ser planejada.

Por ser o grande agente do processo educacional, o compromisso fundamental do professor é com a formação do cidadão, o qual impõe consequência extremamente relevante para todos da comunidade escolar: dar aos menos favorecidos o que eles mais precisam - o conhecimento. Ao possibilitar o saber, ensinando e ensinando bem a todos, a escola passa a exercer sua função social, já que para formar o cidadão é necessário fazê-lo imergir em conhecimento.

Zanotto, Moroz e Gióia ao ressaltarem a função social da escola tecem uma crítica que tomamos como eixo de reflexão:

(...) acabam os professores por trocar a principal função da escola – ensinar e ensinar bem a todos – por outra função, muito perigosa: a função seletiva, trabalhando apenas com aqueles que, por uma série de razões, já sabem aquilo que deve ser ensinado, deixando para trás uma grande parcela de alunos (2000, p. 229).

Na visão skinneriana de ensino, o professor tem um papel fundamental, pois é ele quem está em contato direto com os alunos, portanto é ele que planeja e faz vigorar as contingências de ensino a partir das quais o aluno aprenderá. Tendo como referência o posicionamento de Skinner, Carmo salienta a importância do papel do professor como agente responsável pela aprendizagem do aluno:

(...) o professor ainda é, em nossa cultura, o agente da aprendizagem de muitos. A ele cabe a verificação dos comportamentos preliminares (os pré-requisitos), o conhecimento individual do aluno, a adequação de objetivos, a adequação de conteúdos, a proposta de atividades de ensino, o uso correto da avaliação, etc. Ao aluno cabe participar de todos esses aspectos como elemento ativo (1994, p. 54).

¹ Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP. Professor no Departamento de Educação da Universidade Cidade de São Paulo. Pesquisador-integrante do Grupo de Pesquisa Bases da Psicologia na Educação (PUC/SP-CNPq) desenvolvendo estudos e pesquisas na área de Psicologia da Educação, abordando temáticas relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem.

Ainda segundo Moroz (1993), Skinner defende que, para ser eficaz, o ensino deve ser uma ação planejada, tanto em termos de definição de comportamentos a serem estabelecidos, quanto em termos das condições necessárias ao seu estabelecimento.

Nessa reflexão sobre o posicionamento de Skinner sobre a educação, Moroz ressalta que Skinner faz referência a duas falhas da escola: os objetivos a serem atingidos não são claramente definidos e não se aplicam métodos de aprendizagem que respeitem o repertório e o ritmo de cada aluno. Assim, um passo fundamental do planejamento é definir, claramente, o que o aluno deverá ser capaz de realizar após passar pelo processo de ensino. É isto que se quer enfatizar ao se defender a necessidade de objetivos bem definidos.

Skinner propõe que o professor defina quais são essas mudanças relevantes a obter, pois para tanto ele deverá alterar seu próprio comportamento como condição. Assim, Zanotto explicita que:

Dizer que cabe ao professor criar as condições necessárias para que o aluno aprenda significa dizer sob a ótica da Análise do Comportamento, que é função do professor planejar, com base nos conhecimentos produzidos pela análise comportamental, as contingências instrucionais sob as quais os alunos aprendem. Tais contingências, dispostas sob a forma de procedimentos de ensino, devem possibilitar ao aluno uma aprendizagem produtiva e prazerosa, sem os inconvenientes das práticas aversivas, tão freqüentes nas salas de aulas (2004, p. 41).

Além de definir os objetivos, o professor deve conhecer o aluno com quem trabalha. Ao planejar o ensino, o professor deve levar em consideração o repertório que o aluno já traz para a situação de aprendizagem. Como destacado por Carmo (1994, p. 52):

O planejamento, portanto, envolve como passo fundamental o conhecimento daqueles que serão alvo da ação docente. Só assim teremos condições de eleger, em conjunto com o aluno, os objetivos a serem alcançados e os conteúdos aprendidos.

O autor afirma que só assim é possível que o professor exerça sua função de agente transformador no sentido de agir, nas palavras de Moroz (Apud Carmo, 1994, p. 52), “intencionalmente de forma a produzir indivíduos capazes de se auto-governarem”.

Faz parte da função do professor não só o ensino dos comportamentos relativos às diferentes áreas do conhecimento, mas também o ensino dos comportamentos identificados como *autogoverno*.

Hubner, Marinotti e Luna (2004) apontam que estudos vêm demonstrando que os professores desenvolvem suas ações pedagógicas desconsiderando a aprendizagem do aluno durante o seu percurso escolar:

Estudos têm mostrado que, com freqüência, os professores realizam um trabalho pedagógico que desconsidera o estágio em que se encontra cada aluno, as dificuldades específicas de cada um. A escola organiza toda atividade pedagógica, desde a elaboração do currículo até o processo de avaliação, com base em um padrão de aluno típico das camadas médias, sem flexibilizá-lo ou levar em conta a diversidade das crianças (2004, p. 15).

O professor, ao levar em consideração o repertório inicial do aluno, isto é, o repertório adquirido na escola e na vida cotidiana, pode promover contingências de ensino que favoreçam a aprendizagem de conteúdos curriculares, exercendo sua função docente com mais eficiência.

Em outras palavras, levar em consideração o repertório do aluno quando as atividades são planejadas interfere diretamente nas ações pedagógicas, pois resultam em situações adequadas de aprendizagem eficiente e sem dificuldades desnecessárias para os alunos.

Quando os professores não têm clareza dos objetivos a serem atingidos (isto é, dos comportamentos que escola e professores esperam que os alunos apresentem), outras consequências perigosas poderão ocorrer, tais como apontadas por Zanotto, Moroz e Gíóia (2000): a perda da qualidade do que é aprendido e a desconsideração das diferenças individuais.

Os objetivos são parâmetros para o professor não apenas propor as condições de ensino, mas também para identificar, de maneira mais precisa, as mudanças ocorridas com seus alunos, avaliando o quanto eles aprenderam e o que falta para ser aprendido.

A visão comportamental de certa forma dá um novo sentido para o papel do professor, convocando-o a refletir constantemente sobre sua ação pedagógica, revendo o seu comportamento, e alterando-o em função do comportamento de seus alunos.

Além de estabelecer objetivos claramente e conhecer o repertório que o aluno possui, cabe ao professor, por meio da ação planejada do ensino, dar oportunidade para o aluno agir, mantendo seu comportamento acadêmico; para tanto, é fundamental que o professor de feedback valorizando a atuação do aluno, quando esta se aproxima dos objetivos propostos, e fornecendo dicas corretivas, quando se fizerem necessárias.

Diante desse quadro educativo, faz-se necessário questionar: Como fazer da aula um momento produtivo de aprendizagem? Que espaço dentro da escola reserva-se para levar os professores a planejarem suas práticas de ensino, mudando-as se forem insuficientes?

Zanotto aponta respostas para tais questionamentos:

Garantir ao professor o acesso aos saberes relevantes à sua prática, por meio de uma formação adequada, não é, no entanto, suficiente para mudar sua ação e alterar o método segundo o qual ele tem, de modo árduo e nem sempre bem-sucedido, se proposto a ensinar. Mudanças no comportamento do professor, ao ensinar só podem ser obtidas se contingências forem adequadamente planejadas para isso (2000, p. 132).

Em nosso entender, tal mudança é fruto de reflexões acerca da prática pedagógica e, para tanto, tais práticas precisam ser explicitadas e tematizadas com os professores, para que os mesmos possam ter a oportunidade de refletir, sob a ótica da análise funcional, sobre as interações pedagógicas que se dão no cotidiano da sala de aula. Também, ele deve ser ensinado a ensinar; conforme afirma a autora, o professor mudará sua forma de ensinar se contingências forem planejadas para isso. O professor deve ser ensinado a planejar contingências adequadas à promoção da aprendizagem do aluno, formulando objetivos e propondo procedimentos específicos da disciplina que leciona. Em outras palavras, precisa ser ensinado a planejar sua ação pedagógica, não apenas em relação ao por que e o para quê do ato educativo, mas, mais que isso, em relação ao método de ensino, isto é, a uma prática pedagógica eficaz.

Para se ter clareza em que competências é preciso investir na formação dos professores, Zanotto aponta a necessidade de analisar contingências que vigoram no contexto escolar. Como afirma:

Uma compreensão das atuais contingências sob as quais o professor atua, e que são responsáveis por mantê-lo ensinando do modo como faz, pode fornecer informações relevantes para o planejamento de novas contingências de ensino (2000, p. 133).

Muitas das atividades propostas pelo professor sofrem influência das contingências presentes no contexto escolar. As contingências presentes na sala de aula são destacadas por Skinner (1972) como contingências complexas, em que professor e aluno se reforçam tanto positivamente como negativamente. Skinner (1972) destaca que é na interação com o aluno que os comportamentos do professor são alterados ou mantidos.

Tome-se, como exemplo, o aluno em situação de aprendizagem estabelecendo relações com o conhecimento a ser aprendido e o professor, como facilitador dessa relação pedagógica, não só apresentando conteúdos escolares e atividades, mas estabelecendo contingências favorecedoras no processo de ensino, contribuindo para aprendizagem produtiva do aluno. Se a aprendizagem é promovida com uso de consequências reforçadoras e positivas, há uma maior probabilidade de o aluno ampliar ainda mais o rol de conhecimentos, nas interações professor-aluno. É bem provável que ambos saiam ganhando: o aluno, pois aprendeu o que era esperado, sem estar sob coerção, e o professor que, ao exercer sua função de ensinar, teve êxito na aprendizagem do aluno. Caso, contrariamente, o professor use de procedimentos coercitivos, com uso constante de contingências aversivas, ele tende a cada vez menos se desprender de tais contingências e, a longo prazo, o ambiente coercitivo passa marcar as situações cotidianas por emoções negativas e por situações de insatisfação pessoal e profissional.

No entanto, pergunta-se: Até que ponto pode-se dizer que essa prática pedagógica, com usos de contingências que dispõem de reforçadores positivos está presente no cotidiano escolar? Estão os professores interagindo e intervindo de forma reforçadora junto aos alunos no que tange ao conhecimento a ser transmitido? Estabelecem relações produtivas com o saber, buscando que todos os alunos tenham aprendizagem, ou reproduzem a lógica do sistema no interior das escolas através de seleção dos que já sabem e de exclusão dos que não aprendem?

Zanotto, ao citar a relação professor-aluno nas contingências de sala de aula nos alerta:

Quer no uso de contingências de reforçamento positivo, quer no uso de controle coercitivo, o que parece influenciar o comportamento do professor é o efeito imediato que sua ação provoca no comportamento do aluno. A recíproca também é verdadeira. Assim, o comportamento do professor e o comportamento do aluno ficam sob controle das contingências que se estabelecem nessa interrelação (2000, p. 134).

A partir do trecho acima, podemos destacar que tanto o controle aversivo, quanto as contingências de reforçamento positivo caracterizam a interação entre o professor e o aluno e explicam a manutenção dos comportamentos do professor e do aluno. O que parece influenciar o comportamento do professor é o efeito imediato que sua ação provoca no comportamento do aluno e vice-versa.

É este efeito imediato que mantém o professor utilizando situações de coerção, durante as atividades de ensino. Ora, tais situações de coerção não são favorecedoras de aprendizagem e muito menos de um clima ameno e de cooperação. No entanto, são utilizadas pelo professor porque produzem, momentaneamente, o resultado esperado.

Conforme salienta Zanotto (2000, p. 134), a atuação do professor está “... muito mais freqüentemente, sob controle dos erros e dos comportamentos inadequados dos alunos, do que de seus acertos e adequações, o que explica o clima hostil de muitas salas de aula”.

É interessante notarmos que, pela citação de Zanotto, o comportamento do professor fica em função de outras variáveis, (comportamentos inadequados, incorretos) que não aquelas que deveriam controlá-lo (comportamentos acadêmicos) na direção de estabelecer relações pedagógicas favorecedoras do processo de ensino e aprendizagem eficiente.

Bibliografia

CARMO, João dos Santos. *Prática Pedagógica: Algumas Contribuições da Psicologia Comportamental. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém, v.13, n. 1/2, p. 49-56, 1994.

CÉSAR, Marcelo de Abreu. *Ensino de Leitura – uma proposta para aperfeiçoar o desempenho de alunos de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, com uso de software educativo*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Psicologia da Educação, 2009.

MOROZ, Melania. *Educação e Autonomia: relação presente na visão de B. F. Skinner. Temas em Psicologia*, n.2, 1993.

PEREIRA, Maria Elisa Mazzilli; MARINOTTI, Miriam; VASCONCELOS, Sergio Vasconcelos de. O compromisso do professor com a aprendizagem do aluno: contribuições da Análise do Comportamento. In: HÜBNER, Maria Martha C; MARINOTTI, Miriam (org). *Análise do Comportamento para a Educação: Contribuições recentes*. 1ª ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Tecnologia do Ensino*. Tradução de Rodolpho Azzi. São Paulo, Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara. *Formação de Professores: a contribuição da análise do comportamento*. São Paulo: EDUC, 2000.

ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara; MOROZ, Melania; GIÓIA, Paula Suzana. Behaviorismo Radical e Educação. *Revista da APG*, São Paulo, setembro, 2000.

ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara. Subsídios da Análise do Comportamento para a formação de professores. In: HÜBNER, Maria Martha C; MARINOTTI, Miriam (org). *Análise do Comportamento para a Educação: Contribuições recentes*. 1ª ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004.